

Gazeta do Povo – 06/04/2011

Câmara deve avaliar hoje acordo de Itaipu

<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/conteudo.phtml?id=1113315>

Fabiula Wurmeister, da sucursal, com agências

Foz do Iguaçu - Quase dois anos depois de assinado, o acordo que triplica o valor pago pelo Brasil pela cessão do excedente de energia produzida na usina de Itaipu deve entrar hoje na pauta de votação da Câmara Federal. Com as mudanças, o montante repassado pelo Brasil ao Paraguai saltará de US\$ 120 milhões para cerca de US\$ 360 milhões por ano.

A oposição afirma que o reajuste implica um encargo financeiro pesado para o Tesouro Nacional e que o custo da negociação acabará sendo repassado ao consumidor brasileiro. "Por mais que o governo negue e diga que a diferença será arcada pelo Tesouro Nacional, nada está esclarecido. E, se os reflexos não tiverem efeitos diretos, certamente serão indiretos", alerta **Claudio Sales**, presidente do **Instituto Acende Brasil**, especializado no estudo do setor elétrico.

De acordo com um levantamento feito pelo instituto, em 2009 o Paraguai pagou US\$ 203 milhões pelo uso de 8% da energia de Itaipu. Nesse mesmo ano, arrecadou US\$ 315 milhões com royalties e com a cessão de energia, entre outros. Descontado o que desembolsou pela energia, a receita chega a US\$ 112 milhões. Caso o fator de conversão seja triplicado, o governo brasileiro repassará ao sócio US\$ 3,1 bilhões a mais até 2023, quando a dívida para a construção da usina estará quitada e o atual tratado poderá ser revisto.

Para os paraguaios, os cerca de US\$ 360 milhões por ano são "uma questão de justiça". "Há muito se fala em integração energética na região e de cooperação para o desenvolvimento dos países menos favorecidos, como o Paraguai. O acordo foi proposto, e aceito pelo Brasil, como uma espécie de compensação dessas diferenças", explica o coordenador da Comissão de Empresas Energéticas Binacionais do Paraguai, Ricardo Canese.

Projetos de iniciativa popular no Congresso paraguaio requerem que o montante seja revertido em infraestrutura. Segundo Canese, os recursos - que equivalem a 10% da dívida interna paraguaia - deverão ser investidos na melhoria da educação e da saúde, em assistência social, eletrificação rural e apoio a pequenas empresas.